

**HABEAS CORPUS Nº 549.045 - PE (2019/0358690-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
ANA KARLA VANDERLEI CAVALCANTI PÉREZ - PE018340  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : WILLIAM ENILTON LIMA DO NASCIMENTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **WILLIAM ENILTON LIMA DO NASCIMENTO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta nos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, da Lei de Drogas e art. 14 da Lei n.º 10.826/2003.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus*.

Neste *writ*, a impetrante alega constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para o término da instrução criminal.

Requer o relaxamento da custódia cautelar do paciente.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ipojuca-PE, bem como a senha de acesso para consulta ao processo, se houver, a serem prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator